

Feminismos de segunda onda no cone sul debatem o emprego doméstico: relações entre empregadas e patroas

Soraia Carolina de Mello

Resumo

Me proponho, neste artigo, a escrever uma história da discussão sobre o emprego doméstico nos feminismos de Segunda Onda no Cone Sul, utilizando como fonte a produção impressa deixada por estes feminismos. Vale destacar que o recorte temporal do trabalho é dado pelas fontes utilizadas (1970-1989).

Palavras-chave

Emprego Doméstico; Segunda Onda Feminista; História do Feminismo; Imprensa Feminista; Cone Sul.

Abstract

In this article I had the purpose of writing a history of the discussion about the domestic labour in the Second-wave feminisms of Southern Cone, using as source the printed production of these feminisms. It is important to note that the specified period is given by the sources I have used (1970-1989).

Key Words

Domestic Labour; Second-wave Feminism; Feminism's History; Feminist Press; Southern Cone.

Historiadora, Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH - UFSC), trabalha com pesquisa na temática de história dos feminismos e estudos de gênero desde 2005. É tutora à distância na UFSC.

¹ Sobre a periodização do feminismo aqui utilizada, ver PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 26, n° 52, jul/dez 2006. p. 249-272.

O emprego doméstico feminino carrega em si a desvalorização do trabalho doméstico de modo geral, em conjunto com relações paternalistas de sub-emprego e com a existência de um mercado de trabalho informal no qual muitas mulheres se inserem para sobreviver. Sua problematização por parte dos feminismos ocorre a partir do surgimento de questionamentos a respeito da separação das esferas pública e privada, em movimentos identificados com o que convencionou-se chamar Segunda Onda Feminista (referente aos feminismos emergentes no ocidente nas décadas de 1960-70; a Primeira Onda do feminismo corresponderia às lutas sufragistas iniciadas no final do século XIX¹).

Utilizando como fonte produções impressas dos feminismos de Segunda Onda no Cone Sul, dentro de recorte temporal estabelecido entre 1970 e 1989, venho neste trabalho levantar algumas das discussões realizadas por estes feminismos a respeito do emprego doméstico (aquele pago, referente à empregada doméstica) neste período, em especial às questões relacionadas às relações entre as empregadas e suas patroas. Minha proposta aqui é utilizar bibliografia de referência (parte dela publicada na mesma época das fontes), para observar problemas elencados pelas próprias fontes. Assim pretendo fazer uma história, ainda que brevíssima, de parte desse debate realizado pelos feminismos do Cone Sul, atentando ao fato de que questões levantadas nesse sentido há mais de 30 anos continuam em pauta nas agendas dos movimentos.

Relações entre empregadas e patroas

Lembrando o empregador e guardadas suas características, temos alguém que espera da empregada eficiência; traduzindo: fim dos problemas domésticos relativos não só ao que é material mas também ao que se refere à relação entre as pessoas do grupo familiar. A dona de casa delega à empregada o que normalmente lhe está sendo penoso, impossível de conciliar com seus afazeres. Há uma idealização da empregada, idealização essa que, quando não respondida, atinge reações de

menosprezo até a repulsa total.

A situação descrita é fácil de entender quando ainda perdura em nossa sociedade a idéia de que a mulher, independente da atividade profissional que desenvolva, tem toda a responsabilidade relativa ao bom andamento da vida familiar, da educação dos filhos à organização da casa e o bom atendimento ao marido. Em termos organizacionais, esse esquema está furadíssimo. E quem pode ser “tábua de salvação” para evitar o afogamento? Uma boa empregada... aquela que irá dividir com a “patroa” as exigências, os dissabores, a carga, o peso delo existencial da grande maioria das famílias modernas.

Surge aqui uma figura interessante. A diarista – esta espertamente não se deixa enlaçar pelo o que a psicologia chamaria de aspectos transferenciais. (...) ²

Esta citação desperta, sem dúvida nenhuma reflexão. Não bastasse seu conteúdo, puro e simples, que parece ser certo ao buscar os problemas do emprego doméstico remunerado no trabalho doméstico gratuito, temos ainda informações sobre a fonte da citação, que vem nos lembrar que a desvalorização do emprego doméstico não é simplesmente um problema das empregadas domésticas, ou destas e das feministas. Em uma pesquisa na *internet*, procurando outro livro, encontrei *Empregadas e patroas: uma relação de amor*. O título, preciso admitir, me despertou alguma desconfiança, pensei que encontraria um discurso muito calcado no paternalismo e na idéia da empregada “como da família”, mas então pensei que poderia ser um contraponto interessante a outras bibliografias e resolvi comprar.

A pequena obra surgiu da iniciativa de uma atriz da Rede Globo de Televisão, Rosane Gofman, que ao interpretar a empregada da protagonista na telenovela *Por Amor*, que foi ao ar entre 1997-8, acabou de alguma forma se sensibilizando com a questão a ponto de publicar um livro. Este traz depoimentos de patroas (a maioria famosas, envolvidas com o mundo artístico), de empregadas, de uma psicóloga (da qual retiro o trecho supracitado), uma

² LOVIZARO, Marta. Algumas profissionais e suas personalidades. In: GOFMAN, Rosane e GASS, Eny Léa. *Empregadas e patroas: uma relação de amor*. Rio de Janeiro: Imago, 1998. Pg. 78-79.

pequena cartilha de direitos apresentada pelo então Delegado Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, e depoimentos próprios da atriz, tanto a respeito de sua atuação na novela como de sua relação com as empregadas com quem conviveu durante a vida, desde criança. Há, inclusive, quase no final do livro, um item chamado *Gostaria que este livro servisse para algumas coisas*, o qual cita quais são as intenções da publicação. Nem a autora, nem nenhum depoimento do livro, evidenciam qualquer preocupação abertamente feminista, ou em qualquer sentido profundamente transformadora. Entretanto, ao mesmo tempo, percebe-se grande empenho em divulgar a sindicalização da categoria, assim como sua profissionalização, ainda que em muitos depoimentos transpareça um profundo paternalismo, o qual acaba colocando as entre relações patroa/patrão e empregada muito mais ligadas a uma idéia colonial de criadagem do que a uma concepção de profissão contemporânea propriamente dita.

Apesar de uma posição que podemos avaliar como ambígua, paradoxal ou contraditória, observando o livro em seu contexto, e considerando que não se trata de uma produção de grupo politicamente marcado, como é o caso das publicações de grupos feministas, é preciso admitir sua contribuição, e é possível inferir sobre uma relação deste com os feminismos das décadas anteriores, ou ao menos como estes últimos colaboraram para a formação de uma configuração onde um livro desses faz sentido. Mas o utilizo aqui principalmente porque avalio que o trecho citado dá uma boa introdução às discussões dos feminismos de Segunda Onda no Cone Sul a respeito do emprego doméstico.

Os feminismos, em suas problematizações sobre a divisão sexual do trabalho e a separação de esferas pública e privada como masculina e feminina, respectivamente, questionaram tanto os papéis domésticos desempenhados pelas mulheres nos lares quanto a sua inserção, ou sub-inserção, no mercado de trabalho. Até nossos dias as discussões levantadas por esses feminismos persistem, e a questão do emprego doméstico feminino (a qual intercala os

problemas relacionados às mulheres e o trabalho como um todo, juntamente com questões relacionadas à associação historicamente construída entre mulheres e domesticidade; ou seja, não apenas problematizando o emprego doméstico, mas também o trabalho doméstico gratuito³) continua sendo ponto de discussão e bandeira de luta de organizações feministas.⁴

Retornando à citação, faz-se pertinente observar como uma reprodução da desvalorização do trabalho doméstico, por parte das patroas e sobre suas próprias responsabilidades, se reflete de forma ainda mais negativa no trabalho da empregada, que precisa lidar com “esse problema que nem é seu”. A transferência de responsabilidades, também observada por Marta Lovizaro, que dá o depoimento citado, é aspecto observado por estudos feministas⁵ e parece ser central em toda essa problematização. Apesar das fontes não trazerem a questão nesses termos, nos artigos publicados sobre as relações entre empregadas e patroas, pode-se observar com muita clareza essa questão.

“As empregadas domésticas geralmente estão entre as mulheres consideradas mais pobres do país. Possuem educação mínima, grande parte delas é migrante e sua cultura e etnia são aviltadas.”⁶ As observações gerais de Jurema Brites sobre as empregadas domésticas no Brasil parecem ser comuns ao Cone Sul, à América Latina e a diversos outros lugares do mundo. O interessante é que esses dados são geralmente expostos como algo externo, uma fatalidade inevitável, em um tipo de emprego com o qual as pessoas em geral convivem e são protagonistas todos os dias, seja dentro de suas casas ou nas de outras pessoas. As condições de trabalho, o dia-a-dia, a desvalorização, e mesmo as questões legislativas, que podem parecer mais distantes, são resultado dessa interação complexa e ambígua entre essas mulheres.

Muitos termos diferenciados são utilizados para explicar essas relações, conforme se observa as mesmas. *Complementaridade, troca, acordo mútuo, dependência; ou dominação, exploração, coerção, subordinação*. Fica realmente complicado tentar

³ Ainda que o trabalho da dona de casa e o da empregada doméstica consista na execução de praticamente as mesmas tarefas, as relações envolvidas em uma ou outra ocupação são muito distintas, inclusive no que se refere às relações entre as patroas e suas empregadas. Nesse sentido, para diferenciar o trabalho gratuito da dona de casa do trabalho remunerado da empregada doméstica uso os termos trabalho doméstico e emprego doméstico, respectivamente. Empresto a terminologia de HENAUT, Mirta. *De la rueca a la red*. La economía sumergida. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2001, p. 9.

⁴ Como apenas um exemplo, podemos citar o boletim da Organização Não Governamental feminista CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, *Trabalho Doméstico tem Valor*. Este pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://www.cfmea.org.br/publicacoes/boletins.asp>. Acesso em 30/04/2009.

⁵ COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: vol 10, n 2/2002, CFH/CCE/UFSC.

⁶ BRITES, Jurema. Serviço doméstico, desigualdade, gênero e cidadania. In:

WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org). *Leituras em rede: Gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007, p. 282.

⁷ SILVA, Sueli Bulhões da; TEIXEIRA, Sonia Beatriz Sodré. *Um estudo junto à empregada doméstica do curso supletivo do Colégio Santo Inácio*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social), PUC RJ, 1973, p. 32.

⁸ MILKMAN, Ruth; REESE, Ellen; ROTH, Benita. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Gênero, Tecnologia e Trabalho. São Paulo: Ano 4, n^o 7, 1998, Alast., p. 144.

observar essas relações, nas fontes que utilizo e penso que em qualquer outra fonte, tentando pender somente para a idéia de co-dependência por exemplo, ou somente para a idéia de dominação. Todos esses aspectos se mostram presentes em grande parte dessas relações, e relações que já podem ser complexas em profissões mais “formais”, por assim dizer, são agravadas no emprego doméstico pela idéia de que “(...) não há relacionamento profissional entre empregada e patroa mas sim um relacionamento pessoal baseado em favores concedidos por ambas as partes.”⁷

Apesar do intuito dos feminismos de Segunda Onda em unir todas as mulheres por serem vítimas de uma subordinação comum, tanto os relatos das fontes como os de pesquisas mais recentes não mostram um “nós” nos depoimentos, seja de empregadas ou de patroas. O que aparece muito é o “ela”, ou o plural “elas”, que nos faz pensar o sentido de distanciamento, a alteridade nessas relações. E o fato de serem relações de gênero, intra-gênero, nas quais as relações de poder são muito marcadas, e também permeadas por questões de classe, raça e/ou etnia, de forma às vezes caricata pelos contrastes tão marcantes, pode nos ajudar a pensar essas relações, já complicadas pela intimidade e pela desprofissionalização. Quando observam-se as divisões das tarefas familiares, às quais de uma forma ou de outra a empregada participa, a questão da geração também fica muito marcada.

Ruth Milkman, Ellen Resse e Benita Roth, em 1998, chamam a atenção para a quantidade de estudos, nos Estados Unidos, que observam os “(...) modos como as interações entre empregadoras e empregadas são mediadas pelas desigualdades raciais, étnicas e de cidadania entre mulheres”⁸. Entretanto, acreditam que as questões de classe, no passado tão exaltadas, estejam sendo, nos últimos anos, quase sempre negligenciadas, dificultando análises consistentes em sociedades em que as marcas de classe vêm se aprofundando. A proposta das autoras foi observar por que a associação entre extinção do emprego doméstico e “modernização”, quer dizer, a defesa da idéia de que quanto mais desenvolvido o

capitalismo, menor a taxa de emprego doméstico (até que este se extinguisse), o que elas chamam de “paradigma da teoria da modernização”, não se aplicava observando diferentes localidades, dentro dos EUA e fora, mesmo tomando como parâmetro de comparação nações ou regiões com o mesmo nível de desenvolvimento.

A partir dessa observação, e buscando dados de diferentes regiões, as pesquisadoras encontraram um fator presente em todas as localidades em que havia emprego doméstico em números significativos, ou que este estivesse em plena expansão: a distribuição de renda. Quer dizer, não seria o desenvolvimento ou a “modernização” que extinguiriam o emprego doméstico, e sim uma distribuição de renda equilibrada. O emprego doméstico só se torna viável em sociedades em que existem pessoas que tenham uma renda alta o suficiente para poder, mesmo em condições precárias, “sustentar” outra pessoa para que ela execute os serviços domésticos em seu lar, sem penalizar muito a renda familiar total. Da mesma forma, a pessoa que executa o serviço no geral o faz por falta de outras opções, ou seja, a oferta de emprego e os problemas econômicos fazem com que se submetam ao emprego doméstico, apesar de sua desvalorização. Apenas localidades com ruins ou péssimas distribuições de renda e, portanto, com desigualdades econômicas marcantes, poderiam reproduzir tais fatores⁹. Dessa forma as autoras buscam enfatizar a importância do quesito classe para a manutenção e/ou expansão do emprego doméstico.

Suely Kofes, escrevendo no final dos anos 1980, em sua tese que foi publicada em 2001, também questiona o “paradigma da teoria da modernização”.

Os pressupostos teóricos (baseados em modelos históricos particulares) sobre o processo de modernização e/ou de emancipação, levavam muitos a considerar que, quanto maior a presença de mulheres no setor “serviços domésticos”, mais estaria retardado o desenvolvimento tecnológico e industrial, bem como o horizonte político de relações igualitárias.

⁹ Como exemplo prático da associação feita, temos o censo de 1990 da Suécia, conhecida por sua excelente distribuição de renda, que registrou apenas duas domésticas empregadas em casas de família em todo o país! *Ibidem*, p. 154.

¹⁰ KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 24.

¹¹ TODARO, Rosalba. El trabajo doméstico ¿Tarea de mujeres? Representou o *Círculo de Estudios de La Mujer* em encontro sobre trabalho doméstico assalariado em 31 de agosto de 1981, em Santiago do Chile. ISIS – Boletín Internacional. Itália/Suíça, n° 11-12, outubro/dezembro de 1982, p. 17.

Ora, o desenvolvimento tecnológico e a profissionalização das mulheres podem ser processos simultâneos à manutenção (ou crescimento) da população feminina nos serviços domésticos (...) ¹⁰

Além desses questionamentos, eu levantaria mais um, diretamente em resposta a uma proposição de Rosalba Todaro¹¹, de 1982. Ela comenta a existência de um medo de desemprego devido a esse declínio do serviço doméstico que ocorreria com o desenvolvimento capitalista. Apesar de citar esse fato, sem defendê-lo, mas também sem refutá-lo, ela não parece perceber que um declínio do serviço doméstico pode ocorrer quando existem outros empregos disponíveis, que são preferíveis por não carregarem o estigma do emprego doméstico. Inúmeros depoimentos trazem essa questão, que seria preferível qualquer outro emprego, mas que as empregadas mantêm-se no emprego doméstico devido à falta de opções ou oportunidades. Ou seja, nessa lógica de desenvolvimento extinguindo o emprego doméstico, isso ocorreria por parte da mão-de-obra que se deslocaria para outros setores mais valorizados, e não por parte de empregadoras/es que contratariam menos e causariam desemprego conforme o capitalismo se desenvolvesse (essa última hipótese, aliás, não faz muito sentido). Nessa observação, também não se leva em conta que, apesar de grande parte dos depoimentos das trabalhadoras reproduzir a desvalorização do emprego doméstico ou colocá-lo como opção temporária, há alguns casos em que se escolhe sim essa profissão, contrariando as estatísticas e, conforme a hipótese, as tendências desenvolvimentistas.

Sobre as questões raciais, principalmente no Brasil, e étnicas, nos demais países do Cone Sul, os comentários mais explícitos das fontes parecem estar em artigos acadêmicos. Nos depoimentos essas questões se perdem um pouco em relatos mais gerais de exploração e humilhações.

Se toda relação empregador-empregado é por definição desigual, a relação patroa-doméstica – com suas

seculares convenções de conduta, sua histórica associação com a escravidão no mundo inteiro, sua extraordinária acumulação de características feudais, e a tradição de a empregada ser não só de classe inferior como também uma mulher de origem rural, proveniente de um grupo étnico desprezado – oferece-nos um exemplo “puro” e extremo de uma relação de dominação no espaço do lar.¹²

Apesar de que a idéia de dominação, em uma relação tão complexa e co-dependente como a das empregadas e suas empregadoras, possa e deva ser questionada, essa citação traz muitas questões que se mostram presentes nas fontes, nos depoimentos e relatos sobre a vida e as condições de trabalho das empregadas domésticas. Nesse ponto é preciso pensar as ausências, como, por exemplo, nas publicações de feminismos que se declaram mais militantes, em contraponto a publicações de feminismos mais acadêmicos, para podermos entender melhor a distribuição dessas questões nas fontes. Em publicações mais militantes, mais panfletárias, são as questões de classe que marcam a condição da empregada doméstica. Seriam mulheres duplamente exploradas, duplamente subordinadas, porque mulheres e porque empobrecidas. Seu caminho deveria ser o de lutar contra a opressão das mulheres e pela libertação da classe trabalhadora. Em publicações mais acadêmicas, por outro lado, se observam as questões raciais, étnicas, as questões que envolvem a migração e as subjetividades que resultam de determinantes materiais, como a questão do quarto de empregada. Partindo disso, outro ponto percebido foi que em publicações acadêmicas, do Chile ou da Argentina, as questões étnicas, os problemas da migração e uma relação mais profunda entre trabalho doméstico e emprego doméstico são tratadas com mais propriedade que no Brasil, onde o emprego doméstico vinha sendo tratado majoritariamente como uma questão trabalhista, como um problema de falta de regulamentação, apesar de observações como esta, de Suely Kofes: “(...) durante a pesquisa, defrontei-me com uma associação forte entre a

¹² ROLLINS, J. *Between women: domestics and their employers*. Filadélfia: Temple University Press, 1985. P. 08-09. Apud MILKMAN, R. *Op. cit.*, 1998. Gostaria de fazer uma pequena crítica à idéia de herança das sociedades escravocratas, que aparece também em outras autoras. Entendo que esse é um fator presente nas relações raciais, mas penso que se esquece um pouco de observar como o racismo e o preconceito étnico em geral se reinventam constantemente, não sendo um dado sócio-cultural transplantado do passado. Quer dizer, antes de pensar que o problema dessas relações esteja no passado, acho importante atentar para os meios que fazem com que tais preconceitos sejam renovados, se recriando, se mantendo atuais e estratificando as sociedades contemporâneas.

¹³ KOFES, S. *Op. Cit.*, 2001. P. 21.

¹⁴ AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org). *Rebeldia e submissão*. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais / Fundação Carlos Chagas, 1989, p. 199.

¹⁵ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense / SMC, 1991, p. 267.

domesticidade, trabalho doméstico e escravidão, e entre a empregada doméstica – e apenas a empregada – e a negritude.”¹³

Nesse sentido, Sandra Maria da Mata Azeredo, em 1989, comenta

(...) a dificuldade de lidar com a questão da interseção de gênero e raça, a qual me parece fundamental para se entender as possibilidades do feminismo em sociedades multiraciais como o Brasil e os Estados Unidos. Esta interseção se expressa de forma exemplar nas relações entre empregadas e patroas, na medida em que as duas mulheres, responsáveis pelo serviço doméstico devido ao seu gênero, lidam com este serviço de forma diferente devido à posição que lhes é atribuída por sua raça. Estudos realizados sobre estas relações podem, portanto, lançar luz sobre a questão da diferença entre mulheres para o feminismo contemporâneo, especialmente porque tais estudos podem mostrar como raça é um fator de separação entre mulheres, seja nos Estados Unidos, onde há efetivamente segregação, seja no Brasil, onde existe o apelo à miscigenação¹⁴.

O conceito de transversalidade, que segundo Elisabeth Souza-Lobo diz respeito aos cruzamentos que as trajetórias e as práticas feministas fazem com outros movimentos políticos¹⁵, pode ser encarado como uma lacuna, uma falta, apontada como um problema por estudiosas do tema. Se não era o caso de uma lacuna geral, porque a questão das mulheres ora ou outra era articulada com questões de classe ou raciais, era sem dúvida uma dificuldade se fazer interseções utilizando mais de duas categorias. Quer dizer, nos estudos observados trabalhava-se com mulheres (às vezes mulher) e classe, ou com mulheres e raça etc.

As questões étnicas e raciais, as diferenças culturais (que nessas relações sempre desqualificam a herança cultural das empregadas, não a das patroas), que são aspectos utilizados na segmentação da sociedade de forma hierárquica, estão presentes nas formas de diferenciação impostas às empregadas domésticas. O uniforme é citado como um ponto

marcante de diferenciação. Ele funcionaria como identificador, teria a função clara de deixar explícito o papel que aquela pessoa desempenha na casa. Muitas das trabalhadoras reclamavam dos uniformes, principalmente quando precisavam sair de casa com eles. Na maior parte dos relatos, o fato de ser empregada doméstica não era motivo de orgulho, e sair de uniforme as obrigava, além de assumir a atividade que desempenhavam, se submeter às conseqüências do estigma da profissão na esfera pública. As defesas do uniforme vêm no sentido da higiene ou profissionalização, assim como a vantagem para a empregada que estaria “economizando roupa”. Mas há o depoimento de uma empregada que defende o uniforme, e que mostra que a questão pode ir além. Segundo ela, o uniforme seria importante para diferenciação sim, principalmente se a empregada fosse branca, como a patroa. Se a empregada fosse negra seria necessário, mas não tanto, mas se ela fosse branca, poderia ser confundida com a dona da casa ou uma filha, o que não seria certo, porque seu lugar deveria ficar claro.

¹⁶ SILVA, S. *Op. cit.*, 1973., p. 44.

¹⁷ AZEREDO, S. *Op. cit.*, 1989, p. 215.

O uso do uniforme representa um estigma social de desprestígio, e é sentido desta forma pelas empregadas domésticas que não se permitem usá-lo, pois ele denuncia uma ocupação que não é aceita.¹⁶

‘Economizar roupa’, o argumento mais utilizado, por patroas e empregadas para o uso do uniforme, não parece ser mesmo o que fundamenta tal uso. O uniforme é, sim, fator de diferenciação. E exigir que a empregada o use, marca esta como diferente da patroa, porém isto é disfarçado num discurso ambivalente que apela para vantagens para a empregada (...) O uniforme é uma forma de controle da diferença, do impuro e, se retornamos ao discurso da empregada que defende o uso do uniforme, esta diferença está associada a uma diferença de raça. Esta mesma idéia de impureza é trazida para justificar a exigência do uso do elevador de serviço pela empregada.¹⁷

Como comentado acima, a obrigatoriedade da utilização do elevador de serviço é citada como ou-

¹⁸ Ibidem. Pg. 206 e ROSTAGNOL, Susana. *Las trabajadoras em el servicio doméstico*. Mujer y trabajo n° 4. Montevideo: CIEDUR, 1988, p. 23.

¹⁹ Essa idéia de “extensão da dona de casa” também pode ser encarada como um reforço na perda da identidade dessas mulheres trabalhadoras. Se é possível discutir questões de identidade das donas de casa.

²⁰ AZEREDO, S. *Op. cit.* 1989, p. 216.

²¹ TODARO, R. *Op. cit.* 1982.

tro fator de diferenciação. Nesse sentido, Sandra Maria da Mata Azeredo, escrevendo em 1989, também cita discursos de patroas amenizando a questão, dizendo que elas mesmas utilizavam o elevador de serviço quando carregavam compras, por exemplo. Mas a idéia de segregação, física e muito marcada, ligada ao elevador de serviço, é inquestionável. Ponto também apontado como de diferenciação, ou marca de subordinação das empregadas domésticas, é o costume geral de chamar a patroa de senhora¹⁸ (o que hoje talvez não seja mais tão comum).

O que se observa(va), de forma geral, nas relações entre empregadas e patroas é um jogo de identificações e diferenciações. Por mais que os artificios de diferenciação sejam inúmeros e muito eficientes (e específicos conforme a cultura regional ou mesmo os costumes de cada família), as identificações entre essas mulheres, responsáveis pelos afazeres domésticos, estão sempre presentes, às vezes ao ponto de tomar feições de complementaridade entre uma e outra, como se a empregada doméstica fosse uma extensão da dona de casa¹⁹.

(...) Ainda quando sempre denunciando as diferenciações, todas as empregadas mostraram algum nível de identificação com suas patroas, o que as colocava em uma situação de ligação estreita com elas. Quase todas as empregadas se referiram a suas patroas como amigas e como se sentindo tratadas como pessoas da família por elas.²⁰

Nesse sentido de identificação, é interessante citar novamente Rosalba Todaro²¹, em 1982, quando aponta como o bom desempenho da empregada era encarado como bom desempenho da patroa, porque a última continuava sendo a responsável pelo bom andamento da casa, a responsável pela administração doméstica. Então a relação com a empregada, desde a escolha na hora da contratação até a garantia de que o serviço fosse bem desempenhado, seria responsabilidade da dona de casa. Buscando também as identificações, Susana Rostagnol lembra, em

1988, que se tratavam de duas mulheres de classes sociais diferentes, mas não necessariamente antagônicas, e que ambas compartilhariam a subordinação de gênero²². Mas nesse jogo em que a esfera do trabalho se confundia com a afetiva, conflitos também eram constantes e inevitáveis. A relação das empregadas com as crianças da casa, filhas da patroa, é citada como fator de conflito, causador de ciúmes por parte das empregadoras. Em muitos casos as patroas não gostavam que as empregadas ou babás tivessem relações muito próximas com as crianças²³, o que seria uma exigência complicada considerando a intimidade que esse tipo de trabalho pressupõe.

E a questão da intimidade, por vezes citada, pode ser apontada como o principal complicador de toda essa relação, ou como um catalisador das possibilidades de exploração exacerbada do trabalho das empregadas.

O que torna o trabalho doméstico, como ocupação, mais explorador do que outras atividades comparáveis é justamente o elemento que o singulariza: a relação pessoal entre patroa e empregada. O que poderia ser visto como base de um vínculo de trabalho mais humano, menos alienante, dá margem a um nível de exploração psicológica desconhecido em outras ocupações.²⁴

Também sobre a questão da intimidade, Sandra Maria da Mata Azeredo, em 1989, observa a postura de empregadoras a respeito do décimo terceiro salário das empregadas, criticando estudos sobre o tema que não estivessem dando a devida atenção às questões íntimas e paternalistas, e chamando a atenção para os significados que os gestos cotidianos de empregadas e patroas podem ter se observados de forma conjunta e num plano mais geral.

(...) Chamar o décimo terceiro salário de “uns trocados”, ou de “presente”, ou de “surpresa” não pode ser considerado como uma discrepância, que é fonte de dificuldade do estudo, mas sim como uma discrepância

²² ROSTAGNOL, S. *Op. cit.* 1988. p. 23.

²³ TODARO, R. *Op. cit.* 1982.

²⁴ MILKMAN, R. *Op. cit.* 1998, p. 156.

²⁵ AZEREDO, S. *Op. cit.* 1989, p. 205.

²⁶ KOFES, S. *Op. cit.* 2001, p. 28.

²⁷ BRITES, J. *Op. cit.* 2007, p. 282.

²⁸ Essa característica é também citada por SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. São Paulo: Vozes, 1978.

²⁹ O Movimento Brasileiro de Alfabetização, mais conhecido por sua sigla MOBRAL, foi um projeto mantido pelo Governo Federal durante o regime militar. Criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, este propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana (sic) a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. No entanto, o MOBRAL se limitou a alfabetizar de maneira funcional, não oferecendo uma formação mais abrangente, que capacitasse ao verdadeiro exercício da cidadania. Durante anos, jovens e adultos freqüentaram as aulas do MOBRAL, sem atingir um nível aceitável de alfabetização. Texto disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/MOBRAL>. Acesso em 24/09/2007.

que faz sentido na forma como se estabelecem relações no sistema social em que ela ocorre.²⁵

No intuito de observar aspectos mais gerais, de observar o macro, mesmo que partindo do micro, ou seja, de entrevistas específicas, Suely Kofes conclui que a relação entre empregadas e patroas (e as famílias empregadoras) “(...) revela como ela concentra sobremaneira alguns dos sentidos do tipo de dominação (...) que marcam as relações de desigualdade na sociedade brasileira.”²⁶ É algo semelhante à idéia de Jurema Brites de que o serviço doméstico poderia ser uma espécie de “termômetro” das estruturas das relações de classe no Brasil²⁷, ainda que possamos admitir que esse “termômetro” possa ser utilizado para observar outras relações também, como as raciais.

Zaira Ary Farias, na década de 1980, chama a atenção para a importância que a discussão sobre o emprego doméstico ganha na década de 1970, a qual com certeza não morre nessa década. Devido às péssimas condições de trabalho e aos baixos salários, muitas trabalhadoras preferiam trabalhar nas fábricas (por mais que nestas as condições e os salários estivessem longe de ser ideais), e o emprego doméstico vinha ganhando cada vez mais características de emprego temporário, ou então era aceito apenas em último caso²⁸. Nessas condições, preocupações com a extinção e o encarecimento desse tipo de emprego, tomando como exemplo os países desenvolvidos, ganham espaço, como acima já comentado, e é uma questão comumente encontrada nos depoimentos das patroas, na pesquisa realizada pela autora.

Outro ponto que Zaira Ary Farias levanta para demonstrar a crescente preocupação social com o emprego doméstico, que se refletia principalmente nas patroas e nas suas relações com suas empregadas, é o surgimento de um curso profissionalizante para empregadas domésticas do governo, o qual seria estendido através da rede escolar do MOBRAL²⁹ (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

O objetivo desse curso seria “(...) integrar social e economicamente a empregada doméstica no mer-

cado de trabalho brasileiro, de acordo com as necessidades desse mercado.”³⁰ Da parte do material do aluno, a autora retira algumas afirmações

Profissão é uma atividade ou ocupação especializada através da qual uma pessoa *se realiza* e pode manter economicamente a si e aos seus dependentes. (...) O trabalho das donas de casa, lixeiros, médicos, professores, artistas e demais profissionais *permite uma vida melhor*, trazendo o progresso e o desenvolvimento. (...) Se todos fossem médicos, seria necessário que alguns *resolvessem* recolher o lixo das ruas... (...) E as profissões igualam os homens, na medida em que todos realizam um trabalho para *o bem comum*.³¹

Assim, podemos perceber como o discurso desenvolvimentista³² vem se preocupar com a categoria das empregadas domésticas, e como a tentativa de amenizar (ao menos ao olhar das empregadas) o estigma social que esse trabalho representa se torna importante. Parece ser uma tentativa das classes favorecidas em fazer estas trabalhadoras “entenderem qual é o seu lugar”, de uma maneira que pode ser encarada como paternalista. O paternalismo³³, aliás, é característica presente nas relações entre patroas e empregadas, mas este, segundo alguns dos depoimentos, não parece amenizar ou camuflar com eficiência o trabalho pesado, as longuíssimas jornadas, a violência implícita e explícita, as humilhações e a falta de liberdade pessoal, em especial para as trabalhadoras domésticas que viviam nas casas onde trabalhavam³⁴. Estas relatam inúmeras dificuldades por morar nas casas dos outros, desde violências verbais e não verbais, até fome e enclausuramento³⁵. Partindo das empregadoras, são listadas inúmeras vantagens nesse tipo de emprego: “elas não ficam sozinhas, têm uma *família*; têm quem as leve ao médico quando ficam doentes; *comem o que a gente come*; com o que elas ganham, *como pagariam para morar?*”³⁶ Falam como se o salário e as condições de trabalho das empregadas fossem definidos por fatores externos, e não por elas, as contratantes.

³⁰FARIAS, Zaira Ary. *Domesticidade: cativo feminino?* Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983, p. 17.

³¹ Idem. Grifos da autora.

³² Suely Kofes observa em apostilas de cursos destinados às empregadas domésticas, preocupações com a corporalidade, num sentido que ela interpreta como o de retirar a feminilidade do corpo da empregada, sendo que essa característica seria reservada à patroa. Assim, unhas curtas, cabelos presos, roupas sem decote e a proibição do uso de perfume, que se mostram como recomendações higienistas ou profissionalizantes, seriam também formas de reservar o “direito à feminilidade” (ao menos num sentido mais marcado) à patroa. KOFES, S. *Op. cit.* 2001, p. 35.

³³ Sônia Beatriz Sodré Teixeira e Sueli Bulhões da Silva, ao explicar a necessidade de padrões não usarem do paternalismo para com as empregadas, para que a valorização geral do emprego doméstico seja possível, definem a atitude paternalista como a “de se sentir responsável pelo bem-estar da empregada doméstica, em troca de submissão e obediência”. SILVA, S. *Op. cit.* 1973, p. 45-46. Já segundo Suely Kofes, o paternalismo se caracteriza “como tendo de próprio a falta de fronteira clara, no pólo forte da relação, entre

autoridade social e vontade pessoal, esta última sendo um conjunto mais ou menos contraditória de desejos inadmissíveis, de cegueira e de justificações infundadas; nela a situação do inferior ganharia outra dimensão. Pois a integração social deste se faria pela subordinação direta às confusões afetivas - que fazem autoridade e seria ingratidão não respeitar - da parte superior. (...) Alguma coisa do gênero, talvez, do que é hoje a situação da empregada doméstica." SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981. Pg. 103 Apud KOFES, S. *Op. cit.*, 2001, p. 27-28.

³⁴ Existem relatos mais recentes, de trabalhadoras que não moravam nas casas onde trabalhavam, que admitem o paternalismo como uma vantagem desse tipo de emprego, que faria valer a pena as desvantagens. BRITES, J. *Op.cit.* 2007, p. 283.

³⁵ FARIAS, Z. *Op. cit.* 1983, p. 28-34.

³⁶ *Ibidem*, p. 59. Grifos da autora.

³⁷ *Ibidem*, p.115.

³⁸ *Ibidem*, p. 114.

³⁹ *Ibidem*. Pg. 115-116.

⁴⁰ *Nós Mulheres*. São Paulo, nº 4, março/abril de 1977. Pg. 05

Os preconceitos de classe são presentes, e mais agudos em algumas donas de casa: "...para você ver como são as empregadas hoje (...) elas são todas desse jeito, ninguém pode confiar, são umas ladras."³⁷ E o comportamento marcadamente submisso se mostra como uma exigência óbvia, a pessoas "nessa condição": "Prefiro um tipo que não existe mais: é a *empregada humilde* (...) como eu fui acostumada na casa dos meus pais no interior. Eu também já tive boas empregadas, mas, sempre assim... hoje elas são petulantes, rebeldes, tudo que a gente faz elas querem fazer também..."³⁸ Entretanto, pode-se observar que as queixas não são de forma alguma unilaterais

Eu acho muito importante - vez a senhora mesma com essa pesquisa tá sabendo muitas coisas que a empregada passa, né? (...) porque tem muitas patroas que aproveita muito d´uma empregada... que trabalha de 6 da manhã às 10 da noite, né? (...) é umas que não tem consciência, ela aproveita bastante... até esgotar aquela empregada, não dá nem pra ela e nem pra outra (patroa). (sic)

... eu acho assim humilhação, trabalho demais, esse tipo assim de sofrimento, sabe? Sem ter direito de sair, sem ter direito de falar com ninguém. (...) Que a empregada não tem direito de falar com ninguém, não tem direito de sair, trabalha que nem burro e ganha pouco. E isso é uma humilhação, gente. Eu acho que todo mundo tem o direito de viver melhor, trabalhar menos...³⁹

O artigo "Procura-se uma esposa", de 1977, do *Nós Mulheres*, tem um pequeno trecho que vale ser citado aqui, para observarmos um fator indispensável à existência do emprego doméstico: "(...) É claro que cabe à minha esposa procurar alguém que cuide das crianças enquanto ela está no trabalho (...)"⁴⁰. Aí se levanta uma questão: centra-se a empregada doméstica como protagonista, pouco falando sobre sua empregadora. O fato é que, se as mulheres saem de casa para trabalhar ou estudar, é responsabilidade delas, e só delas, garantir que sejam

substituídas em seu trabalho em casa. E elas são substituídas, via de regra, por outras mulheres, de classes sociais inferiores. Essa distinção de classe entre as mulheres – o que não exclui as obrigações domésticas de uma ou de outra, só onera o trabalho das mais pobres – é abordada pelo *Nós Mulheres* em seu primeiro editorial: “(...) Mas, entre as próprias donas de casa, persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro fazendo o trabalho de casa porque têm dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. (...)”⁴¹. Zaira Ary Farias, em 1983, nos traz depoimentos coletados entre as patroas das empregadas domésticas, que chamam a atenção tanto para a desvalorização desse tipo de trabalho quanto para o peso da responsabilidade que este exerce sobre elas

⁴¹ Editorial *Nós Mulheres*. São Paulo, nº 1, junho de 1976. Pg. 01.

⁴² FARIAS, Z. *Op. cit.* 1983, p. 84. Grifos da autora.

Ser dona de casa cansa, todo dia a mesma coisa, *não produz nada*.

O serviço doméstico é uma rotina que não satisfaz e bitola muito a vida da mulher... a *mulher que trabalha* tem horizontes mais largos.

Esse negócio de ficar trabalhando só dentro de casa, além de ser *cansativo*... é tão *desvalorizado*... tenho vergonha de dizer que não trabalho.

Uma mulher que se ligar só com problemas de dentro de casa, *satura*, não é uma boa, não. Devia ter pelo menos um expediente fora. Eu, pelo menos, tenho muita vontade, ainda não fiz porque não arranjei e porque não encontrei uma boa pessoa para tomar conta de minha casa, que se responsabilize, se eu encontrasse eu saía, tenho muita vontade mesmo.⁴²

Nos depoimentos, podemos ver como mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico não só reconhecem sua desvalorização, como a reproduzem: é *cansativo*, *vergonhoso*, *satura*, *bitola*, *não produz nada*, *não é trabalho*. E no último depoimento em especial podemos perceber o peso da responsabilidade do lar sobre a mulher que, mesmo querendo

⁴³ “Significativamente, para a maioria das patroas (e empregadas), o que melhor caracteriza uma boa empregada é ser ‘de confiança’.” AZEREDO, S. *Op. cit.* 1989, p. 217.

⁴⁴ COSTA, S. *Op. cit.*, 2002, p. 301-309.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ BRITES, J. *Op. cit.* 2007, p. 287.

sair do ambiente doméstico, não pode fazê-lo por não encontrar uma *pessoa boa* para substituí-la⁴³.

O que ocorre, nesses casos, é uma transferência das responsabilidades domésticas de uma mulher à outra, sendo que a primeira, a dona da casa, nunca perde a responsabilidade da supervisão, a obrigação de fazer com que as redes de substituição de seu trabalho sejam infalíveis. É exatamente disso que trata Suely Gomes Costa⁴⁴, escrevendo em 2002, quando define essa transferência de responsabilidades através do conceito de *maternidade transferida*. Ela comenta: “Para o exercício de atividades fora do espaço doméstico, é trivial que as mulheres precisem delegar tarefas da administração de suas casas a outras mulheres.”⁴⁵ Ela explica que essa transferência se faz necessária devido à ausência de sistemas sociais protecionistas de apoio, que substituam as obrigações domésticas da mulher e possibilitem suas *saídas de casa*. Um exemplo concreto desse tipo de sistema são as creches, ou lavanderias e restaurantes populares. O fato é que essa solução através da transferência de responsabilidades têm efeitos marcantes na vida das mulheres, empregadas e empregadoras; com efeitos mais nefastos nas vidas das primeiras. Exemplo no comentário de Jurema Brites, retirado de publicação recente

(...) A organização doméstica e familiar das patroas, assim como as possibilidades de promoção e prestígio social delas enquanto mulheres e de sua família como um todo, apóiam-se na divisão de tarefas com *outra mulher* (em geral fora de sua parentela) que possui outros parâmetros de composição e representação familiar, de relação homem / mulher, mãe / filhos que acabam por ajustar-se complementarmente às primeiras, mas de forma estratificada, pois as empregadas, além de não possuírem as mesmas chances de promoção social para si e seu grupo, possuem padrões familiares constantemente criticados e vilipendiados pela ideologia dominante das classes médias e repercutem nos órgãos de controle social como a escola, o sistema jurídico e médico.⁴⁶

Suely Gomes Costa também fala sobre a forma como essa transferência de responsabilidades “atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos

sociais”. Zaira Ary Farias já levantara essa discussão anos antes, e ainda acrescenta que o emprego doméstico provoca uma espécie de “estabilidade na pobreza”, uma vez que a ascensão social das mulheres envolvidas nesse tipo de emprego é praticamente nula, devido às características do emprego e seus baixos salários (à época de sua pesquisa os salários de empregadas domésticas variavam entre 50 e 60% do salário mínimo vigente). Assim sendo, as próprias reivindicações feministas de sair da esfera privada, do ambiente doméstico, e ingressar no mercado de trabalho, são limitadas a certas classes específicas. Para a maior parte das mulheres que trabalha fora, o que se apresenta é uma dupla jornada de trabalho que, no caso das domésticas – e babás, lavadeiras, passadeiras, diaristas etc. – se restringe aos afazeres domésticos, em suas casas e nas casas das/os outras/os.

Podemos pensar então nas extensas críticas feitas a uma das mais importantes bandeiras de luta dos feminismos de Segunda Onda, que seria a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Quais mulheres ainda não estavam inseridas no mercado de trabalho? Quais profissões eram ocupadas por essas “novas” trabalhadoras? Essa inserção ocorria através de transformações profundas nas “relações entre os sexos”, utilizando um termo de seu tempo, ou através da exploração do trabalho de outras mulheres? Segundo Suely Kofes, em sua tese de 1990.

Não são muitos (...) os estudos sobre o trabalho doméstico assalariado no Brasil. Os que existem surgiram com as pesquisas motivadas pelas questões relativas à situação da mulher, graças ao foco da perspectiva feminista, realizados a partir de 1970. Todos eles, de uma maneira ou de outra, salientam que a “liberação” de muitas mulheres no Brasil se faria sobre a subordinação de outras mulheres.⁴⁷

Rosalba Todaro, em 1982, escreve que em países onde o emprego doméstico não era tão comum ou barato quanto na América Latina, o número de mulheres com alto grau de instrução no mercado de trabalho era menor. Quer dizer, a libertação das mulheres *do sul* estaria ocorrendo às custas do serviço doméstico? Qual libertação e quais mulheres seriam essas?⁴⁸ É uma questão difícil de responder, porque pouco se falou e fala a respeito. Afinal, de que forma lidavam (e lidam) as patroas feministas com essas situações?

⁴⁷ KOFES, S. op. cit. 2001, p. 54.

⁴⁸ TODARO, R. op. cit., 1982.

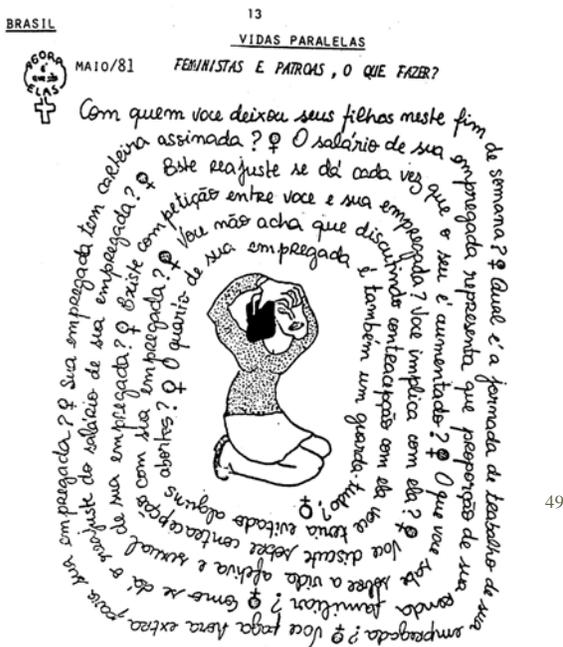
⁴⁹Vidas paralelas. Feministas e patroas, o que fazer? *Especial – Mujer Ilet*. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 13.

⁵⁰Posso citar como exemplo de periódicos consultados, os brasileiros *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres e Mulherio*, e não completos, apenas alguns números, dos argentinos *Brujas e Persona*, do uruguaio *Cotidiano Mujer*, dos paraguaios *La Micrófona e Revista Mujer*, e outro boletim feminista internacional, publicado no Chile, o *ISIS*.

Imagens feministas: permanências da exploração doméstica?

Há duas imagens retiradas do periódico *Especial – Mujer Ilet* sobre emprego doméstico, uma do Brasil e uma do Uruguai, ambas de 1984, que penso discutirem a questão com certa propriedade, cada uma a sua maneira. Na imagem 01, originalmente publicada no periódico brasileiro *Agora é que são elas*, um texto vai formando uma espécie de vórtice ou caracol, que envolve uma mulher em posição de desespero.

Imagem 01



Reproduzo o texto aqui, por entender que além de tratar de uma questão que é pouco comentada nos periódicos feministas consultados⁵⁰ (como uma feminista, que depende da empregada doméstica para se manter na esfera pública, pode lidar com

essa situação de forma ética, admitindo-se que o emprego doméstico é um dos principais exemplos de desvalorização social do trabalho feminino?), esse recorte também levanta outras questões, principalmente sobre a legislação, as condições de trabalho e relações entre patroa e empregada.⁵¹

Com quem você deixou seus filhos neste fim de semana? Qual é a jornada de trabalho de sua empregada? Você paga hora extra para sua empregada? Sua empregada tem carteira assinada? O salário de sua empregada representa que proporção de sua renda familiar? Como se dá o reajuste do salário de sua empregada? Este reajuste se dá cada vez que o seu é aumentado? O que você sabe sobre a vida afetiva e sexual da sua empregada? Existe competição entre você e sua empregada? Você implica com ela? Você discute sobre contracepção com sua empregada? Você não acha que discutindo contracepção com ela você teria evitado alguns abortos? O quarto de sua empregada é também um guarda-tudo?⁵²

Imagem 02



53

Já a imagem 02 nos traz uma charge que, de tão semelhante a situações que presenciamos em nosso dia a dia, mesmo que de forma exagerada, não pode deixar de ser engraçada. Nela, retrata-se uma pa-

⁵¹ No final do recorte são indicadas três referências bibliográficas brasileiras sobre a questão do emprego doméstico feminino: *Emprego doméstico e capitalismo e Domesticidade: cativoiro feminino?*, ambas aqui utilizadas; e *Visões do mundo da empregada doméstica*, de Alda Brito de Motta, publicada em Salvador em 1977.

⁵² Vidas paralelas. Feministas e patroas, o que fazer? *Especial – Mujer Ilet*. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 13.

⁵³ *Especial – Mujer Ilet*. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. P. 35.

⁵⁴ Minha tradução.

⁵⁵ OSTRANDER, Heles. Women using other women. *Contemporary Sociology*. 16(1), jun. 1987. Pg. 52. Apud AZEREDO, S. *Op. cit.* 1989.

⁵⁶ Informação em http://lap.sagepub.com/cgi/pdf_extract/7/1/35 Acesso em 07/07/2009.

⁵⁷ SOUZA, Julia Filet-Abreu de. Paid domestic service in Brazil. *Latin American Perspectives*, 7(1): 35-63, 1980. Pg. 36. Apud AZEREDO, S. *Op. cit.* 1989.

tro literalmente sentada nas costas de uma empregada, falando ao telefone, e dizendo “Eu não posso ir à *yoga*, Gorda, vou ao analista. Acredito que tenho sentimentos de culpa.”⁵⁴

Mesmo que a patroa da charge não seja indicada como feminista, não há nada na figura que diga o contrário, e penso que as críticas às patroas feministas sejam muito no sentido em que a charge apresenta, no problema da culpa mas na manutenção da situação.

Sandra Maria da Mata Azeredo, em 1989, levanta a questão das patroas feministas, citando os trabalhos de autoras estrangeiras que fizeram pesquisa no Brasil. Helen Ostrander, em 1987 e resenhando o livro de Judith Rollins, comenta que

(...) o uso de empregadas por outras mulheres esteja em oposição fundamental a um feminismo que vá além de uma agenda liberal de igual oportunidade, para as mulheres buscarem um fim a todas as formas de desigualdade institucionalizada. Sendo assim, como as patroas que se identificam como feministas justificam o uso de empregadas? A relação entre empregada e patroa na qual uma ou ambas as mulheres se definem como feministas é diferente de relações em que nenhuma das duas se identifica como tal?⁵⁵

Outra citação utilizada pela autora, esta de 1980, de uma brasileira que no momento em que escreveu o artigo vivia em Amsterdã⁵⁶, também problematiza a questão

Porque este tipo de trabalho tem sido considerado mais ou menos como um dado, sendo uma instituição que data dos tempos da escravidão, o tema é desagradável, difícil e novo. De fato, parece ser quase um tabu. As feministas brasileiras, a julgar pelas entrevistas que fiz durante minha estadia no Brasil, parecem evitar deliberada ou inconscientemente o tema. Uma delas me confessou que a existência de empregada(s) fazendo todas as atividades da casa é uma das maiores inconsistências que se encontra no feminismo brasileiro.⁵⁷

Sandra Maria da Mata Azeredo ainda completa

⁵⁸ AZEREDO, S. *Op. Cit.*, 1989, p. 200.

No Brasil, parece mesmo haver uma negação de que a relação patroa / empregada em si mesma seja uma questão para o feminismo. Ela só se torna uma questão, um problema, enquanto se considera a “profissão” da empregada doméstica em si, reconhecida como envolvendo exploração, porém o próprio fato de existirem empregadas domésticas, mulheres que assumem o trabalho doméstico para outras mulheres, não tem sido considerado uma questão para o feminismo no Brasil, talvez devido à ênfase na complementariedade nas relações sociais: como veremos, a empregada aqui é vista como um complemento quase natural da patroa.⁵⁸

Primeiramente, minha percepção é a de que esse não é um problema só do Brasil, considerando as características do emprego doméstico nos países observados. Entretanto, só encontrei a discussão em fontes e bibliografia falando sobre o Brasil. Esse dado pode ser resultado da quantidade de fontes e bibliografia que tenho do Brasil, se comparando com os demais países do Cone Sul, que é maior por motivos óbvios. Talvez uma solução possível para essa lacuna em minha pesquisa fosse buscar em entrevistas já realizadas pelo grupo de pesquisa do qual faço parte, o que minhas fontes impressas não contam, porque partindo apenas da ausência nas fontes impressas não posso inferir se a questão não existia, se era pouco comentada e me faltam fontes, ou se era uma questão corrente e coincidentemente estou com as fontes *erradas* para encontrá-la, se me é permitida a expressão. Ou pode ser esta uma característica peculiar aos feminismos brasileiros, mas reafirmo que minha impressão (que é apenas uma impressão) é que seja característica comum aos feminismos do Cone Sul.

Minha segunda observação sobre a questão também diz respeito a uma ausência. Como este é meu tema de pesquisa, algumas vezes apresentando trabalhos em eventos ou em discussões de leituras sur-

⁵⁹ O que poderia onerar sua contratação formal, mas subsídios governamentais nesse sentido podem ser negociados.

ge a defesa do emprego doméstico por feministas, alegando que este seria uma forma de distribuição de renda importante em países com altos níveis de desemprego. Uma espécie de “mal necessário”. Esta defesa surge em frases como “Vou deixar essa mulher desempregada?”. Bem, eu penso que é um argumento que faz sentido na prática, e que deve ser de alguma forma corrente entre feministas, porque já o ouvi mais de uma vez. O que fica muito contraditório nas minhas observações é que nunca encontrei bibliografia que defendesse esse argumento. Ao contrário, encontrei bibliografia defendendo que o emprego doméstico causa estabilidade na pobreza, uma vez que não proporciona possibilidade de evolução dos rendimentos das trabalhadoras. Em uma dessas oportunidades – de ouvir aquilo que não foi escrito –, também foi dito que a Bancada Feminina da Constituinte, no Brasil, acabou deixando a questão das empregadas domésticas propositalmente de lado nas discussões, por causar muita controvérsia, inclusive entre feministas.

A questão é polêmica, e o debate não parece estar aberto. O cumprimento das leis trabalhistas e o pagamento de salários considerados justos para as empregadas, por parte das empregadoras feministas, parece ser comum, mas pouca mobilização é observada por parte dos feminismos para a extensão dos direitos dessas trabalhadoras⁵⁹, para a exigência de meios realmente acessíveis de socialização do trabalho doméstico (creches, restaurantes e lavanderias de fato populares e disponíveis, ao menos, à maior parte da população, o que incluiria as trabalhadoras domésticas) e para o que deveria ser um primeiro passo nessa questão, que é uma discussão aberta e franca sobre o problema. De qualquer forma, as discussões do passado, aqui apresentadas, nos parecem hoje ainda muito atuais, e podem nos fornecer bons subsídios para debater a questão em nossos dias.

Fontes

Especial – Mujer Ilet. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984.

Nós Mulheres. São Paulo, nº 1, junho de 1976.

Nós Mulheres. São Paulo, nº 4, março/abril de 1977.

TODARO, Rosalba. El trabajo doméstico ¿Tarea de mujeres? Representou o *Círculo de Estudios de La Mujer* em encontro sobre trabalho doméstico assalariado em 31 de agosto de 1981, em Santiago do Chile. ISIS – Boletín Internacional. Itália/Suíça, nº 11-12, outubro/dezembro de 1982. Pg. 16-17.

Referências Bibliográficas

AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Rebeldia e submissão*. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais / Fundação Carlos Chagas, 1989.

BRITES, Jurema. Serviço doméstico, desigualdade, gênero e cidadania. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org). *Leituras em rede: Gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: vol 10, n 2/2002, CFH/CCE/UFSC.

FARIAS, Zaira Ary. *Domesticidade: cativo feminino?* Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

GOFMAN, Rosane e GASS, Eny Léa. *Empregadas e patroas: uma relação de amor*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

HENAUT, Mirta. *De la rueca a la red*. La economía sumergida. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2001.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Unicamp, 2001.

LOVIZARO, Marta. Algumas profissionais e suas personalidades. In: GOFMAN, Rosane e GASS, Eny Léa. *Empregadas e patroas: uma relação de amor*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

MILKMAN, Ruth; REESE, Ellen; ROTH, Benita. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Gênero, Tecnologia e Trabalho. São Paulo: Ano 4, nº 7, 1998, Alast.

OSTRANDER, Heles. Women using other women. *Contemporary Sociology*. 16(1), jun. 1987. Pg. 52. Apud AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org). *Rebeldia e submissão*. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais / Fundação Carlos Chagas, 1989.

Palavra-chave: MOBREAL. Texto disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/MOBRAL>. Acesso em 24/09/2007.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 26, nº 52, jul/dez 2006.

ROLLINS, J. Between women: domestics and their employers. Filadélfia: Temple University Press, 1985. Pg. 08-09. Apud MILKMAN, Ruth; REESE, Ellen; ROTH, Benita. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Gênero, Tecnologia e Trabalho. São Paulo: Ano 4, nº 7, 1998, Alast.

ROSTAGNOL, Susana. *Las trabajadoras em el servicio doméstico*. Mujer y trabajo nº 4. Montevideo: CIEDUR, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. São Paulo: Vozes, 1978.

SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.

SILVA, Sueli Bulhões da; TEIXEIRA, Sonia Beatriz Sodré.

Um estudo junto à empregada doméstica do curso supletivo do Colégio Santo Inácio. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social), PUC RJ, 1973.

SOUZA, Julia Filet-Abreu de. Paid domestic service in Brazil. *Latin American Perspectives*, 7(1): 35-63, 1980. Pg. 36. Apud AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Rebeldia e submissão*. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais / Fundação Carlos Chagas, 1989.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense / SMC, 1991. Pg. 267.

Trabalho Doméstico tem Valor. CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Disponível em <http://www.cfmea.org.br/publicacoes/boletins.asp> Acesso em 30/04/2009.

